PRÊMIO DE DESEMPENHO EDUCACIONAL (PDE)

O Prêmio de Desempenho Educacional é concedido anualmente aos servidores lotados e em efetivo exercício nas Unidades da Secretaria Municipal de Educação, em razão da avaliação de desempenho dessas atividades, aferido até o dia 31 de dezembro de cada ano.

P.: O que é preciso para o recebimento?

R.: Ter iniciado exercício até o dia 31 de maio e ter completado, no mínimo, seis meses de efetivo exercício.

P.: Quando o mesmo é concedido e qual o seu valor?

R.: O valor é fixado anualmente e pago até o mês de abril do ano subsequente. Dependendo de negociação com as Entidades representativas dos servidores, poderá haver antecipação de parte do seu valor. Mesmo fixado anualmente, será levada em consideração a disponibilidade financeira, inclusive para valor superior ao fixado no exercício anterior.

P.: Todos recebem o mesmo valor?

R.: Não. O valor do Prêmio de Desempenho Educacional será calculado e pago individualmente, de acordo com as disposições do decreto específico, que poderá estabelecer valores diferenciados, observados critérios objetivos.

- Jornada Básica do Professor – JB, 50% (cinquenta por cento) do valor do Prêmio;
- Jornada Básica do Docente – JBD, 75% (setenta e cinco por cento) do valor do Prêmio.;
- Jornada Especial Integral de Formação – JEIF, Jornada Básica de 30 (trinta) horas de trabalho semanais – J30, Jornada Básica do Gestor Educacional – JB40, Jornada Especial de 40 (quarenta) horas semanais – J-40 e Jornada Básica de 40 (quarenta) horas de trabalho semanais – JB40: 100% (cem por cento) do valor do Prêmio.

Veja abaixo benefícios inacumuláveis com o PDE:

- Prêmio de Produtividade de Desempenho de que trata a Lei nº 14.713, de 4 de abril de 2008;
- Prêmio de Desempenho e o Bônus Especial instituídos pela Lei nº 14.590, de 13 de novembro de 2007;
- Remuneração devida em razão da sujeição ao Regime de Dedicção Profissional Exclusiva – RDPE;
- Gratificação por Desempenho de Atividade instituída pela Lei nº 14.600, de 27 de novembro de 2007;
- Gratificação de Produtividade Fiscal instituída pelas Leis nº 8.645, de 21 de novembro de 1977, e legislação subsequente;
- Honorários advocatícios distribuídos na forma da Lei nº 9.402, de 24 de dezembro de 1981, e legislação subsequente, bem como a parcela tornada permanente nos termos do art. 2º da Lei nº 13.400, de 1º de agosto de 2002 e legislação subsequente;
- Remuneração, gratificação, adicional ou qualquer espécie de vantagem pecuniária vinculadas a produtividade ou desempenho.

Os servidores que preencham as condições para percepção de mais de uma dessas vantagens, deverão realizar opção pela mais vantajosa.

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 14.938, DE 30/06/2009;
LEI Nº 17.200, DE 14/10/2019; DECRETO Nº 63.966, DE 19/12/2024